

Princípios Orientadores da Política de Turismo

O turismo é considerado um sector estratégico prioritário para o País atendendo às receitas externas que proporciona bem como ao potencial que encerra para o combate ao desemprego, para a valorização do património natural e cultural do País, para a melhoria da qualidade de vida da população e para a atenuação das assimetrias regionais.

O sector deve ser encarado numa perspectiva de sustentabilidade ambiental, económica e social, no âmbito de um novo modelo de desenvolvimento do turismo que privilegie a **qualidade**, seja a qualidade ambiental do destino turístico, seja a qualidade dos empreendimentos e serviços turísticos.

Além disso, sendo a actividade turística caracterizada pela complexidade, bem como pela sua diferenciação no tipo de oferta, na dimensão, no grau de desenvolvimento regional, na variedade e dimensão empresarial, entre outros aspectos, torna-se necessária a adopção de uma política nacional de turismo, que integre de forma coerente as diversidades e diferenças existentes e promova a articulação entre o turismo e outros sectores que com ele mantêm conexão, como o ordenamento do território, o ambiente, a cultura, as infra-estruturas, o transporte aéreo, etc.

No quadro do programa do XVII Governo, os princípios directores da acção governativa para o sector deverão apoiar-se em cinco **vectores de intervenção estratégica** e dois **objectivos de curto prazo**.

Vectores:

- Valorização dos recursos turísticos e construção de ofertas de qualidade.
- Dinamização do crescimento da procura turística interna e externa.
- Implementação de estratégias regionais, autónomas, integradas numa visão nacional.
- Estímulo ao investimento, à modernização e à capacidade competitiva das empresas.
- Consagração das linhas orientadoras e da estratégia de uma **Política Nacional de Turismo**.

Objectivos:

- Aumento do número de turistas estrangeiros e de visitas de emigrantes portugueses, e sobretudo dos seus gastos em Portugal.
- Dinamização do turismo interno, com o aumento das taxas de gozo de férias e das estadas de curta duração, mas também com o estímulo do turismo social, em geral, e do turismo sénior e juvenil em particular, com preocupação prioritária para as regiões do interior e emergentes.

Aprovadas em meados de 2005, as **Grandes Opções do Plano para 2005-2009** traduzem, no horizonte da legislatura, o compromisso do Governo numa estratégia de desenvolvimento de médio e longo prazos, abrangendo cinco grandes opções de

política económica e social. Uma destas opções, “Melhorar a qualidade de vida e reforçar a coesão territorial num quadro sustentável de desenvolvimento”, considera seis eixos de intervenção essenciais para o prosseguimento de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, nomeadamente uma política de turismo orientada para qualificar e potenciar os recursos turísticos de forma sustentável e competitiva.

No início de 2006 foram apresentadas pelo Senhor Secretário de Estado do Turismo as linhas orientadoras do **Plano Estratégico Nacional do Turismo** (PENT) para o horizonte 2006-2015. O Plano, que comporta cinco eixos de estratégia, pretende sinalizar, aos organismos tutelados como aos agentes do sector, quais as prioridades e objectivos a serem prosseguidos. O Plano deverá ainda servir de base à formatação dos futuros apoios financeiros ao sector. A sua maior inovação reside na selecção de dez produtos turísticos (uns, tradicionais; outros, inovadores) considerados estratégicos em função da atractividade, do potencial da procura nos nossos principais mercados e da relevância para o desenvolvimento do País.

DGTurismo